

SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

Reunião ordinária de 23 - 02 - 2018

Ata n° 03

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	
António Manuel Domingues	1º Secretário	
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Jorge Renato Vieira Ribeiro	P	David Manuel Barbeitos	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	F	José Luís Douteiro	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	P	Agostinho Alves	F
Manuela Maria Cortes Lobato	P	Rui Manuel Nóvoas Pinho Gonçalves	P
Carlos Alberto Codesso	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima	P	José da Ascensão Afonso	P
Carla Maria Esteves Lima	P	Alfredo Domingues	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Amadeu Esteves	P
Manuel António Fernandes	F	Ricardo Jorge Alves	P
Carla Sofia de Abreu	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
António José Gomes Nabeiro	P	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	P
Vânia Cristina Barros Faria Dantas	F		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P		
António Manuel Vieira	P		
Paulo Jorge Azevedo	P		

P-Presença F-Falta

Quando eram dezoito horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os seguintes deputados: Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues, Manuel António Fernandes, Vânia Cristina Barros Faria Dantas e Agostinho Alves.

A Presidente da Assembleia começou por informar os presentes de um lapso existente em três pontos do Regimento da Assembleia Municipal, enviado para a reunião, sendo entregue a cada deputado um exemplar retificado.


Seguidamente a segunda secretária procedeu à leitura da ata número 2, de 25 de novembro de 2017. Finda a leitura a Presidente da Assembleia questionou se algum deputado queria intervir neste ponto, tendo pedido a palavra o deputado José Albano Domingues, para fazer dois reparos à proposta de ata. De seguida a Presidente da Assembleia pôs a mesma à votação sendo esta aprovada, por maioria, com uma abstenção do deputado Francisco Reis Lima, por não ter estado presente, com as alterações propostas pelo deputado José Albano Domingues.

Antes de passar ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia, informou os presentes, do motivo que levou a reunião ser à sexta-feira. Relembrou ainda que na reunião de 14 de outubro, foram eleitos deputados para representar a Assembleia em diferentes órgãos, solicitando aos deputados Maria de Fátima Sousa Táboas e Jorge Ribeiro, para fazerem um breve resumo dos assuntos tratados no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Assembleia Intermunicipal da CIM, respectivamente.

Assunto nº 20	Período de “Antes da Ordem do Dia”
----------------------	---

Aberto este período da ordem do dia, pela Presidente da Mesa da Assembleia, solicitaram da palavra os deputados: Manuela Lobato, José Albano Domingues, Paulo Azevedo e Jorge Ribeiro.

A deputada Manuela Lobato começou por agradecer o envio das cópias dos documentos solicitados na assembleia anterior, referentes aos subsídios. Segundo a deputada, após análise constatou que não se está a falar de atribuição de subsídios, mas de pagamentos indiretos ao Grupo de Gaiteiros Rio Mouro e de uma verba destinada ao reembolso do valor investido pelo Centro Paroquial e Social de Chaviães, na realização de obras estruturais que já deveriam ter sido asseguradas pela autarquia, uma vez que é proprietária do edifício em questão. Referindo que deve ser dado maior rigor na linguagem usada, não apregoando que são subsídios, quando se está a falar de outra coisa. Outro ponto teve a ver com a Estrada Nacional 202 e com a situação concreta, junto à ponte do Buçaco na antiga estrada do Peso, que envolve os viadutos e sistemas de regadio. Situação do conhecimento da Junta de Freguesia e do Instituto das Estradas de Portugal, entidade que seria responsável pela resolução destes problemas e a qual parece se demitir desta responsabilidade. Apesar dos esforços da Junta de Freguesia, acha que o IEP pode e deve ser pressionado para que cumpra as suas responsabilidades, não estando a sobrecarregar a Junta de Freguesia e o Município. A última questão tem a ver com a cobertura da fibra ótica, a qual considera deficitária, tendo sido



reportadas situações em que a localização dos dispositivos não garante que todas as habitações possam ter acesso à mesma, questionando o que é que o Município tem feito para tentar resolver o problema.

Seguidamente usou da palavra o deputado José Albano Domingues, para falar da calendarização desta reunião da assembleia, apesar do cuidado que a Presidente da Mesa teve em justificar a mesma. Referiu que deve haver uma preocupação acrescida por parte dos Presidentes de Câmara, em agendar atos ou compromissos para uma altura, que permita respeitar o agendamento das assembleias ao sábado. Outro ponto teve a ver com o Regimento da Câmara Municipal e periodicidade das reuniões, pois não concorda que não sejam todas abertas ao público, já que se tem verificado bastante adesão. Entendendo ainda, que apesar do Regimento da Câmara Municipal ter sido aprovado recentemente por unanimidade, poderá ser alterado a qualquer altura. O terceiro ponto teve a ver com a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, solicitando esclarecimento sobre a promessa de transferência de 117.000 euros para a Junta de Freguesia de Cristóval, quando no orçamento a transferência total de verbas para as freguesias é de 180.000 mil euros. Dado que, os acordos de execução para as 5 Juntas de Freguesia irão absorver 80.000 euros, o subsídio atribuído a Cristóval de cerca de 6000 euros, não terá cabimento no orçamento. Para terminar parabenizou a organização da prova de ciclismo Grandfondo, a qual irá trazer ciclistas de renome e gentes a Melgaço.

O deputado Paulo Azevedo, iniciou a sua intervenção referindo que continuam os problemas em relação à cobertura de Rede Móvel. Segundo o deputado, foi colocada uma antena em Castro Laboreiro, tendo passado a cobertura de 3G para 4G, mas continuando a existir diversas zonas escuras. Lamentou ainda que em alguns dos novos trilhos do Parque Nacional, continue a existir falta dessa cobertura. Seguidamente falou sobre a marca Discover Melgaço, que considerou ter sido um estudo bem conseguido. Mas que, agora, na fase de publicação de alguns conteúdos, têm aparecido alguns erros, pelo que sugeriu que a gestão da mesma marca seja feita por técnicos que conheçam melhor a realidade.

Por fim, solicitou da palavra o deputado Jorge Ribeiro para demonstrar preocupação pela obrigatoriedade de limpeza de terrenos, imposta pela Lei, perguntando ao Presidente da Câmara se existe algum plano para a autarquia efetuar as limpezas que não forem executadas pelos proprietários. Referiu ainda ser do conhecimento público o protesto de várias autarquias em relação a este tema, estranhando alguma tranquilidade por parte da nossa. Solicitou ainda informação sobre se existe algum plano de intervenção para a Estrada Nacional 202, que liga Valença a Melgaço, frisando ser urgente uma intervenção devido ao seu estado degradado.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, o qual começou por responder à intervenção da deputada Manuela Lobato, dizendo que as situações relativamente ao Grupo de Gaiteiros Rio Mouro e ao Centro Paroquial e Social de Chaviães, se referem a atribuição de subsídios. No primeiro caso, foi um subsídio para a ajuda na aquisição de instrumentos musicais e no segundo um subsídio para fazer face às obras efetuadas no edifício do CAT. Em relação à questão colocada sobre as limpezas da responsabilidade do Instituto das Estradas de



Portugal, o Presidente assumiu que iria falar com o Presidente da Junta de Freguesia de Prado/ Remoães para saber mais pormenores sobre o assunto. Quanto à situação da fibra ótica, informou que ficou disponível para as operadoras, as quais utilizam a fibra ótica como rede de distribuição das comunicações no nosso município, sendo elas que vão esticando essa fibra e fazendo chegar cada vez a mais lugares do nosso município. Se houver falhas em determinados sítios onde ela é anunciada como sendo presente, solicitou que estas situações fossem devidamente reportadas ao Município para o quanto antes se poderem sinalizar essas falhas junto das respetivas operadoras.

Em resposta ao deputado José Albano Domingues, o Presidente informou que a data do evento, foi a possível que a CIM conseguiu encontrar para reunir as entidades envolvidas na assinatura da escritura pública da Constituição do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial do Rio Minho.

Quanto às reuniões públicas da Câmara estão previstas no Regimento que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara Municipal recentemente, estranhando que em tão pouco tempo depois o queiram alterar.

Relativamente às transferências de verbas para as Juntas de Freguesia e após reunião com as mesmas, considerou-se ser possível articular algumas das competências de uma forma mais objetiva. Nesse sentido e concretamente no que diz respeito à limpeza de bermas, aquedutos e outras limpezas urbanas, concluiu-se ser possível que as Juntas de Freguesia fossem responsáveis pelas mesmas. Uma assumiram que tinham capacidade financeira ou humana para isso, com as restantes estabeleceu-se um critério financeiro, que levou ao estabelecimento de acordos de execução, os quais totalizam o valor de 80 mil euros, havendo ainda a possibilidade de estabelecer mais alguns desses acordos de execução.

Relativamente ao apoio para a Freguesia de Cristóval, o mesmo foi concedido para fazer face à construção do armazém, edifício necessário para o trabalho regular da Junta de Freguesia. O referido subsídio está contemplado no orçamento da Câmara Municipal, assim como os valores necessários para o restante apoio às Juntas de Freguesia.

Quanto ao Grandfondo, referiu que lhe foi proposto, a ele e ao anterior Presidente da Câmara de Monção, pelo ex-ciclista Manuel Zeferino, a concretização da prova em Melgaço e Monção. Nessa altura arrancou-se com o projeto e agora, com os novos órgãos dos dois municípios, está-se a preparar a mesma, que se realizará em 2018, com o apoio dos produtores da região.

Em resposta à intervenção feita pelo deputado Paulo Azevedo, quanto à rede móvel, frisou que tem insistido muito nessa questão, para que não exista uma diferença de tratamento entre os municípios. As redes das operadoras estão mais direcionadas, para zonas mais urbanas. Tem havido muita pressão e felizmente com alguns resultados, que foi o plano piloto do Parque Nacional Peneda-Gerês, assinado em Lamas de Mouro e que já permitiu investimento em Castro Laboreiro, com a colocação de uma nova torre e nela a operação das 3 redes, para poderem servir todo aquele território. Há efetivamente zonas sombra, sendo praticamente impossível fazer com que desapareçam definitivamente. A orografia do nosso território não facilita a sua resolução. O compromisso para Lamas de Mouro é para 2018. Haverá investimento na zona onde está o parque eólico, de uma nova torre com a colocação das 3 redes



O deputado Jorge Ribeiro dirigiu-se ao Presidente da Câmara, para referir que relativamente à presença de público nas reuniões da Câmara Municipal, lhe parecia que o mesmo se sentia desconfortável, aconselhando-o a que iniciasse a próxima intervenção com “*O público não pode assistir a todas as reuniões da Câmara porque...*”

Seguidamente usou da palavra a deputada Manuela Lobato, referindo que tendo em sua posse os ofícios relativos aos subsídios, os gaiteiros do Rio Mouro, referiam que estavam disponíveis para qualquer serviço que fosse necessário e quanto ao CAT, refere no ofício que competia ao município, a efetivação da obra realizada.

Voltou a usar da palavra o deputado Paulo Azevedo para se referir relativamente à intervenção feita na rede móvel em Castro Laboreiro, que está com uma cobertura de 45% quando deveria ser de 75%. Referiu ainda, que o protocolo assinado com a ANACOM identifica 588 freguesias, incluindo Castro Laboreiro / Lamas de Mouro que aumentariam a capacidade de 3G para 4 G, tendo-se verificado que em nada melhorou. Quanto ao Discover Melgaço, transmitiu o erro verificado a um dos técnicos da Câmara, tendo a correção sido feita de imediato no entanto, já tinha havido cerca de 3.000 partilhas. O deputado sugeriu que os conteúdos, embora da responsabilidade do IPDT, deveriam ser previamente analisados pelos técnicos da Câmara.

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara que começou por dar nota da questão reiterada quer pela deputada Manuela Lobato, quer pelo deputado Jorge Ribeiro. O Presidente da Câmara, relativamente à participação de público em todas as reuniões de Câmara, referiu que faz todo o sentido, que haja reuniões descentralizadas, onde o público tem sido participativo, o que não tem acontecido nas reuniões públicas realizadas na Câmara Municipal.

Em resposta à deputada Manuela Lobato e após a leitura que a mesma fez de partes dos pedidos feitos pelas respetivas entidades, referiu que em relação ao Centro Paroquial e Social de Chaviães, não havia outro meio da câmara contribuir para a despesa, que não fosse através de um subsídio. Perguntou à deputada se tinha alguma solução dentro do quadro legal a que o município está sujeito.

Quanto ao deputado Paulo Azevedo, relativamente à questão da cobertura móvel, referiu que o reforço que está a ser feito, em Castro Laboreiro e que este ano será feito em Lamas de Mouro, não tem como consequência apenas a melhoria de sinal, ou seja, passarmos de um 3G para 4G, permitiu também o alargamento a outras operadoras que não a MEO (VODAFONE E NOS). O mesmo acontecerá em Lamas de Mouro, abrindo o espectro territorial de cobertura que não tinham neste momento os territórios. Não resolverá todas as zonas sombra, mas vai criar condições muito mais abrangentes nessas áreas.

O deputado José Albano solicitou da palavra para se dirigir ao Presidente da Câmara, referindo que continua a não responder a questão por ele colocada “*Foram os Presidentes de Junta que solicitaram os 188 mil euros? É verdade ou mentira que foi atribuído à Junta de Freguesia de Cristóval o valor que está escrito no orçamento de 117 mil euros?*”

A Presidente da Assembleia deu novamente a palavra ao Presidente da Câmara, que referiu que a Câmara faz um exercício na altura do orçamento



operadoras. Informou ainda que a MEO, se comprometeu com o município no sentido de que este ano haveria também reforço na zona da Vila, para 4G. As pessoas têm-se queixado, que o sinal e a qualidade reduziram. A explicação que foi dada ao município, foi de que a partir do momento que temos 4G, a exigência que é feita ao sinal é muito maior. É necessário o reforço de sinal nesse sentido para o nosso território. Tendo esse compromisso para este ano.

Relativamente ao Discover Melgaço, o trabalho do Plano Estratégico do Município, no sector do Turismo, foi feito por uma entidade altamente competente e que tem desenvolvido trabalhos deste género não só para outros lugares do país, como em outros pontos do Mundo. Definiu estratégias para o Município e uma delas era a fixação de uma marca, que foi Discover Melgaço. Neste momento está numa fase de implementar ações de divulgação do Município. Está a iniciar a sua implementação, que é comunicar o destino e a marca a públicos externos, outra ação é a de sensibilização e formação na área do turismo. Solicitou que se houver pequenas falhas na comunicação, sejam enviadas aos serviços para que se possam corrigir.

Em resposta ao deputado Jorge Ribeiro, quanto à limpeza dos terrenos, referiu que a autarquia está a fazer o que neste momento é possível ser feito, sabendo que a responsabilidade é dos proprietários e fazendo ações de sensibilização e informação junto dos mesmos. Trabalho este que está a ser executado nas outras autarquias e que começa a dar alguns sinais positivos. Trata-se de uma lei que já existia, com a única alteração de que a partir de 15 de março as autarquias serão responsáveis pelas limpezas, com as consequências que daí advêm. Todos, no entanto, têm consciência que se trata de uma questão que não será resolvida a curto prazo. Referiu ainda o reforço, nesta área, da equipa técnica da câmara, bem como a candidatura, por parte das Juntas de Freguesia de Parada do Monte/ Cubalhão, Couso e Gave para uma equipa de sapadores florestais, que reforçará as 3 existentes.

Quanto à questão sobre as estradas, lembrou que já em 2014, reuniu juntamente com os municípios de Monção e Valença e com o Instituto das Estradas de Portugal, no sentido de repensar a atual estrada Valença-Melgaço- S. Gregório, nomeadamente na sua repavimentação e alteração de alguns troços, o que viria a melhorar a circulação. Dessa reunião saiu um memorando, assinado por todos e entregue pessoalmente ao Secretário de Estado do anterior governo. Reforçou que continuará a insistir junto do Governo no sentido de que esta pretensão seja realizada, bem como, tem persistido na intenção de que as atuais A3 e A28, tenham uma variante de ligação à Estrada Nacional 202, que evite o estrangulamento que atualmente existe em Valença.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado Maximiano Gonçalves, para responder à deputada Manuela Lobato, informando-a que a situação por ela referida, na Ponte do Buçaco, que por sinal pertence à freguesia de Paderne, já está a ser resolvida pelas Estradas de Portugal, com a construção de um muro de suporte. Concordou com a deputada, relativamente à falta de responsabilização do instituto em relação a diversos problemas existentes na estrada 202. Nota-se uma falta de preparação dos técnicos do Instituto para se relacionarem com a população, o que obriga a diversas intervenções das Juntas de Freguesia. Por último referiu um problema existente na sua freguesia, relativamente a um aqueduto, construído pelo Instituto que atravessa a nacional 202, ligando Prado a Remoães.

que é perceber as necessidades das Juntas de Freguesia e inscrever quer para as Juntas quer para as organizações sociais que o município também apoia, um valor que considera ser o valor ajustado às necessidades que percecionou antes da gestão do orçamento.

Assunto nº 21	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal.
----------------------	--

Como é de Lei, o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os deputados, sobre a atividade municipal, ficando anexa à presente ata.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada.

O Presidente da Câmara, referiu que o documento é bastante exaustivo, esclarecedor em várias áreas, deixando em aberto o esclarecimento de qualquer dúvida por parte dos deputados se assim o entendessem. Solicitou da palavra o deputado Pedro Silva para falar da Gala dos Troféus desportivos “O Minhoto”, questionando a câmara se terá ideia do valor do investimento, tendo surgido algumas dúvidas como o pagamento de 500 jantares que terão de dar aos participantes e se há algum excedente ou retorno desse evento.

Em resposta o Presidente da Câmara informou, que a autarquia foi convidada a acolher o evento. Faltava apenas o nosso município recebê-lo e achou-se que estava na hora de o acolher. Terá cerca de 500 convidados, atletas de nível regional, nacional e internacional. Não é possível ter a medida exata do retorno que possa ter, é um evento que trará muita gente e consagrará Melgaço como um município onde a prática de desporto tem vindo a incrementar-se, potenciando a apetência do município em receber, promover e levar a cabo grandes eventos, e com isso fazer economia. Os retornos nem sempre são imediatos.

O deputado Jorge Ribeiro usou da palavra para questionar o Presidente da Câmara, sobre os 35 mil euros garantidos pelas entidades, relativamente à parceria entre a SP Televisão/SIC e a Câmara Municipal. Quem são as entidades e quanto vai pagar cada uma? Perguntou ainda qual o valor do catering para a gala “O Minhoto”.

Em resposta o Presidente da Câmara, informou que a entidade tudo indica que será “Soalheiro” e quanto ao catering será cerca de 10 mil euros.

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

Assunto nº 22	Análise e deliberação do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço
----------------------	--

A Presidente da Assembleia lembrou que na reunião de 14 de outubro de 2017, foi eleita uma comissão para analisar e eventualmente apresentar propostas de alteração do Regimento da Assembleia Municipal. Na reunião de 25 de novembro de 2017, o deputado Manuel Luís Gonçalves explicou que por dificuldades de agenda, ainda não tinha sido feita nenhuma reunião de trabalho. Passado todo este tempo, a Presidente da Assembleia questionou a comissão sobre eventuais propostas, e o deputado Manuel Luís Gonçalves referiu que

nos contactos via email com os outros elementos da comissão não surgiram novas propostas.

Antes de por o assunto à discussão, a Presidente explicou que no Decreto-Lei nº 135/99 de 22 de abril, referente às medidas de Modernização Administrativa, na alínea d) do artigo 2º prevê que os organismos públicos devem favorecer os procedimentos mais simples, cómodos, expeditos e económicos. O nº4 do artigo 15º do Regimento da Assembleia atualmente em vigor, privilegia o envio da ordem do dia e dos documentos que habilitam os membros da Assembleia a participar na discussão das matérias nelas constantes, preferencialmente por correio eletrónico. No caso deste regimento ser aprovado, esse será o procedimento a adotar nas próximas reuniões. No entanto, se algum deputado desta Assembleia sentir que o envio dos documentos por correio eletrónico não lhe permitirá o acesso aos mesmos, limitando desta forma os seus direitos, deverá requerer à mesa o envio em papel.

A Presidente da Assembleia questionou se alguém se queria inscrever neste ponto da ordem de trabalhos, tendo solicitado a palavra os deputados: Francisco Reis Lima, José Albano Domingues e Manuel Luís Gonçalves.

Dada a palavra o deputado Francisco Reis Lima, referiu que quanto ao Regimento, não houve oportunidade para conciliar agendas, de modo a apresentar propostas de alteração. Sendo sua opinião, que futuramente possam surgir novas propostas de alteração, sem que ninguém ache estranho, que apesar de ser aprovado agora, posteriormente tenha pequenas afinações. Sugerindo como uma delas o envio da proposta de ata a todos os deputados, de modo a facilitar os tempos de reunião e ser lida apenas caso seja necessário.

Seguidamente o deputado José Albano Domingues usou da palavra para solicitar que constasse em ata que quer ele, quer o deputado Manuel Fernandes, fazem questão de receber a documentação das reuniões em papel.

O deputado Manuel Luís Gonçalves, fez a sua intervenção referindo que ao abrigo do Regimento foi eleito um grupo de trabalho para fazer a análise do mesmo. Por dificuldades de agenda não foi possível reunirem. Saliu ainda não se ter verificado alterações significativas na Lei 75/2013, relativamente à composição e funcionamento da Assembleia Municipal. Realçando que, a criação do grupo de trabalho, é uma incumbência da Assembleia Municipal prevista no Regimento em vigor, portanto a criação ou discussão de alterações pelo grupo de trabalho neste sentido fica esgotada. O que não significa que ao abrigo do Regimento e da Lei, qualquer membro da Assembleia, tenha o direito de propor qualquer alteração.

O deputado António Domingues solicitou da palavra para reforçar a intervenção feita pelo deputado Manuel Luís Gonçalves.

Seguidamente o deputado Jorge Ribeiro, referiu que sendo assim, não houve alterações ao Regimento.

Em resposta, o deputado Manuel Luís Gonçalves, esclareceu que na sua intervenção se referira, a alterações legislativas com impacto no Regimento.

O deputado Jorge Ribeiro usou da palavra para informar que o seu voto não poderia ser favorável ao Regimento.

Solicitou da palavra o deputado Reis Lima referindo, que não é uma questão do grupo de trabalho em si estar esgotado. Deixando o convite, com a certeza





de que se os contactar, haverá recetividade para avaliar a possibilidade de, em conjunto, apresentarem algumas propostas.

Por fim o deputado José Luís Douteiro, para apelar que as intervenções dos deputados sejam mais focadas, evitando repetições e confrontos desnecessários e que apenas servem para perda de tempo.

De seguida a Presidente da Assembleia colocou a proposta de regimento a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 1 abstenção e 5 votos contra do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº 23	Análise e deliberação do Regulamento do Passeio Sénior
----------------------	---

A Presidente da Assembleia informou que se trata do passeio Sénior que é feito anualmente. É uma ação de animação sociocultural que promove a interação social e o bem-estar dos idosos. De seguida, questionou se algum dos presentes queria intervir, tendo solicitado da palavra o deputado Paulo Azevedo, para perguntar se existe algum critério na apresentação das propostas. Se pode ser qualquer empresa ou apenas agências de viagens a apresentar propostas. Se existe um número mínimo de propostas para serem apresentadas ou se é por convite direto a alguma empresa.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, o qual informou que após a aprovação do Regulamento, o passo seguinte é preparar o que se pretende com o passeio, definir o circuito e o que se vai fazer nesse dia e só depois, através de concurso, se receberão propostas.

De seguida a Presidente da Assembleia levou a proposta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade

Assunto nº 24	Análise e deliberação das alterações ao Regulamento de Apoio no Domínio da Saúde
----------------------	---

A Presidente da Assembleia começou por referir que este apoio já foi aprovado no PDSS e agora foi transferido para o regulamento. De seguida questionou se algum deputado queria intervir neste ponto, tendo solicitado a palavra o deputado José Albano Domingues, para dizer que os deputados da Assembleia Municipal, não são contra os apoios previstos, contudo os mesmos, estão muito aquém do espectável. Tudo o que puder ser feito em prol da saúde deve ser agarrado, para benefício de todos.

A Presidente da Assembleia pôs o assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 6 votos contra do Grupo da Coligação PPD-

PSD/CDS-PP. O Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, informou que iria apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº25	Análise e deliberação das alterações ao Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento.
---------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para se assim o entendesse, fizesse uma breve introdução ao tema. O Presidente da Câmara referiu, que os serviços tinham retificado alguns dos reparos feitos na última assembleia, bem como tinham introduzido algumas notas feitas pelo proprietário da escola de condução.

De seguida solicitou da palavra o deputado José Albano Domingues, referindo que em documentos com a importância deste, é importante a aceitação de sugestões e reparos. Abordando ainda, diversos pontos que em sua opinião não estavam corretamente plasmados no regulamento. Após discussão sobre este ponto, ouvida a Jurista da Câmara Municipal e sem que nenhum elemento da assembleia se opusesse, a Presidente da Assembleia devolveu o regulamento em questão à Câmara Municipal, para ser devidamente retificado.

Assunto nº26	Análise e deliberação do Regulamento Municipal de Ocupação do Domínio Público, bem como, a taxa de Ocupação do Domínio Público
---------------------	---

A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara para apresentar o documento em análise. O Presidente informou que é um Regulamento complexo pelo que solicitou a presença das responsáveis técnicas e neste caso da jurista Ana Guimarães, à qual foi solicitada a apresentação do mesmo.

Após a sua intervenção solicitou da palavra o deputado Jorge Ribeiro, que frisou que também tentaram ouvir e perceber a população, neste caso comerciantes, tentando perceber qual teria sido a sua participação e auscultação, apercebendo-se, que apenas foi através da auscultação da associação empresarial. Segundo o deputado, a associação empresarial não é ainda um órgão representativo dos nossos comerciantes, em relação ao número de comerciantes associados. Na realidade sabe-se que o anterior Regulamento não era aplicado, não havia fiscalização no que diz respeito às taxas. Isto vai ter impacto nos comerciantes, se se prevê que haja fiscalização, entendendo que deveria haver uma maior participação da população nessa audição. Este argumento terá peso no seu sentido de voto.

são preços e não taxas. Assim, esta Assembleia deverá deliberar sobre a revogação das referidas taxas para que a Câmara possa definir os preços de acesso a esses espaços.

Não havendo pedidos de intervenção por parte do Presidente da Câmara nem dos deputados, a Presidente da Assembleia pôs o assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº28	Deliberação dos Acordos de Execução em matéria de limpeza das vias e espaços públicos com as Juntas de Freguesia: União de Freguesias de Prado e Remoães, Paderne, Cristóval, Cousso e União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro
---------------------	--

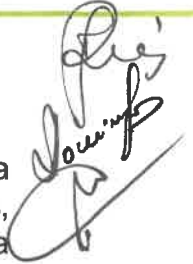
A Presidente da Assembleia referiu que a Lei nº75/2013 de 12 de setembro, estabelece que os municípios podem delegar competências nas freguesias, em todos os domínios do interesse das suas populações, dando especial ênfase aos serviços e atividades de proximidade que as freguesias asseguram. De seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara e este não considerou necessário adiantar muito mais do que tinha falado num ponto anterior, em relação aos acordos de execução com as Juntas de Freguesia.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Jorge Ribeiro que iniciou por saudar a forma como a técnica Soraia Domingues, fez a explanação da informação em relação aos acordos, mas considerando que se poderia ir mais além. Frisou que no mandato anterior fizemos acordos de execução ao longo do mesmo, chamando a atenção que os acordos de execução têm um prazo de 180 dias, após instalação dos órgãos. Gostaria que não se andasse este mandato todo a assinar acordos de execução.

Em resposta ao deputado, o Presidente da Câmara referiu que se realmente os acordos de execução têm prazos para serem analisados, nada impede que voltem a ser analisados ao longo do mandato. No mandato anterior fizeram-se porque eram acordos importantes, vocacionados para um conjunto especial de serviços, não parecendo haver nenhuma irregularidade.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com 6 abstenções, do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. Tendo este último, informado que iria apresentar declaração de voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.



Seguidamente usou da palavra o deputado José Albano, para apresentar algumas sugestões relativamente o artigo 38º contraordenações, referindo que alguns valores das mesmas, são exorbitantes. A primeira sugestão seria aditar a este artigo, que não se deve levantar qualquer auto de contraordenação a uma pessoa sem fazer uma prévia comunicação à mesma. Outro ponto tem a ver com a alínea c) onde diz “ a falta, não suprida em 10 dias, após notificação eletrónica...”, embora sabendo que estamos na era digital, nem toda a gente tem computador e estamos a falar de prazos muito curtos. Deve-se ter em conta o meio através do qual se faz chegar a comunicação.

Seguidamente a Presidente da Assembleia passou a palavra à jurista que referiu que o valor das coimas, é feito de acordo com a Lei. Acrescentou ainda que o Decreto-Lei 48 de 2011 que foi alterado em 2015, que regula meras comunicações prévias e autorizações, obriga a fazer o procedimento, não havendo outro tipo de comunicação. A lei não dá abertura para que sejam comunicadas por outra via. No entanto, há a consciência que existe população que não lê correio eletrónico. Somos sensíveis a essas situações, contudo colocar uma norma neste ponto, contraria a lei, o que não seria correto nem legal.

Os valores das coimas, concretamente nas alíneas a) e d) estão previstas no Decreto- Lei 48 de 2011 e é ele que define o valor das coimas, não podendo ser alteradas. Quanto às restantes coimas, tentou-se que fosse proporcional àquilo que já estava definido na lei.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que referiu que se procurou que o Regulamento fosse bem estruturado, sectorizando áreas da ocupação pública e que a respetiva aditação seja também ela reduzida: uma redução na ordem dos 50%, achando uma forma justa de fazer esta tributação da ocupação do domínio público, que tem de ser feita e disciplinada. Quanto à auscultação, existe uma associação empresarial, feita para representar os seus associados e foi com base nisso que se fez este trabalho.

O deputado José Albano usou da palavra, em sequência ao que foi dito pela técnica, referindo que a Lei Geral não é imperativa. A Câmara não é obrigada a pôr o regulamento exatamente igual.

A Presidente da Assembleia pôs o assunto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 6 abstenções do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº27	Deliberação da revogação das taxas referidas e previstas no Regulamento de Liquidação de Cobranças de Taxas referentes aos Espaços Museológicos e Portas de Lamas de Mouro
---------------------	---

A Presidente da Assembleia salientou que os bilhetes pagos na entrada dos espaços museológicos ou na oficina temática da Porta de Lamas de Mouro,



Assunto nº29	Análise e deliberação do relatório final e proposta de adjudicação do empréstimo a médio/longo prazo no valor de 1.407.736,63 euros.
---------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, o qual deu nota de que o Orçamento de Estado deste ano permite que a autarquia possa recorrer ao crédito para o financiamento da participação privada, nas várias intervenções que o Município vai fazer ao longo dos próximos 2 anos, e que constam na informação prestada à Assembleia Municipal. Daí ser importante recorrer ao crédito a longo prazo que poderá ir até 1.407.736,63 euros. O que está em questão é poder-se contratualizar com a Caixa de Crédito Agrícola, que foi quem ofereceu a melhor proposta, a possibilidade de crédito até este montante, que será utilizado de acordo com as necessidades da Câmara Municipal durante o ano de 2018 e 2019. Isto permite continuar a ter as contas da câmara sanadas e equilibradas. Há um conjunto de projetos que serão colocados no terreno nos próximos meses que obrigarão a um esforço muito grande, por parte da autarquia, ao nível das finanças.

Seguidamente, a Presidente da Assembleia questionou se algum dos presentes queria intervir, tendo solicitado a palavra os deputados Pedro Silva e José Albano Domingues.

O deputado Pedro Silva usou da palavra para referir que este empréstimo vai deixar custos para as gerações futuras. Não estamos só a falar de um empréstimo que ronda 1.400.000,00 euros, estamos a falar de uma parte de capital e de uma parte importante de juros.

Outra questão que se coloca tem a ver com uma série de obras que ainda estão em curso, como a intervenção no mercado municipal e a intervenção na escola, questionando se quando esses projetos terminarem haverá possibilidade de essas verbas serem direcionadas para outros projetos. Questionou ainda de que forma será afetada a futura capacidade de endividamento da autarquia.

Seguidamente usou da palavra o deputado José Albano Domingues para falar da questão do enquadramento do empréstimo no orçamento para este ano. Na sua opinião, o que consta no orçamento é que as verbas necessárias a alguns investimentos serão provenientes de fundos comunitários, não referindo a necessidade de recorrer ao crédito. Colocou também a questão se esta contração de empréstimo não será a negação da política de redução de dívida seguida pela autarquia. Terminou a sua intervenção referindo que este empréstimo se refletirá sobre as gerações futuras.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que começou por responder às questões colocadas pelo deputado Pedro Silva. Começou por dar nota de algumas obras que estão a ser realizadas no nosso município, para exemplificar a questão dos pagamentos que tem sido matéria recorrente por parte da oposição e de alguns deputados, dando como exemplo a obra de saneamento em Paços e referindo alguns prazos de pagamentos relativamente a várias faturas. Clarificando que a câmara tem tido a capacidade de na obra que está a ser realizada no momento, pagar antes das datas previsionais e obrigatórias das mesmas. Estamos a fazer um percurso sadio, em torno desta questão do pagamento das obras.

Relativamente a este empréstimo, não foi referido que a autarquia precisasse de todo o valor da comparticipação nacional, via crédito para fazer obras. A Câmara precisará seguramente de uma parte desse valor via crédito, para poder ficar com a sua condição financeira assegurada. Contratualizaremos, se o tribunal de contas o permitir. Depois desta assembleia, o processo terá que ser apreciado pelo tribunal de contas, se permitir a sua contratualização, utilizaremos o estritamente necessário, para fazermos frente a todo um conjunto de intervenções e ao esforço de comparticipação nacional a que o município está sujeito. Este crédito não comprometerá a capacidade de endividamento do município, não sendo contabilizado para essa mesma capacidade; é a lei do orçamento de estado que o define.

Em resposta ao deputado José Albano Domingues referiu, que não se está a contrariar a linha de orientação do executivo da câmara, rigor não significa isenção de investimento, rigor significa aquilo que é possível e sobretudo na gestão corrente, ser capazes de fazer cortes e disciplinar devidamente a autarquia. Está nesta altura a decorrer a possibilidade de investimento que o quadro comunitário permite e, portanto, seria mau se o município não fosse suficientemente arrojado para pôr no terreno esse investimento que considera ser importante para o desenvolvimento do território.

Quanto à questão orçamental, efetivamente o orçamento prevê esta possibilidade de financiamento e prevê-o naquilo a que chama "financiamento não definido". A previsão desta possibilidade de financiamento está contemplada no orçamento.

Seguidamente a Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado José Douteiro, que se dirigiu ao Presidente da Câmara referindo que aqui estão elencadas as candidaturas do Portugal 20/20, umas já estão em execução, outras estão aprovadas e outras estão submetidas. Na hipótese de o tribunal de contas não autorizar o empréstimo, o orçamento da Câmara tem capacidade para as financiar?

Em resposta, o Presidente da Câmara, referiu que se tivermos a possibilidade deste crédito, podemos equacionar em relação ao próximo ano, um outro conjunto de investimentos, para além de todo aquele que já tínhamos pensado para este ano. Se por ventura, tivermos de fazer aqui um esforço acrescido para fazermos frente a todo investimento, com certeza que não poderemos avançar com mais investimento no futuro. No entanto, está convencido de que o tribunal de contas, não porá problemas em relação a este empréstimo.

Seguidamente usou da palavra o deputado Maximiano Gonçalves para dizer que é uma questão de oportunidades e que só contraindo empréstimos conseguimos fazer investimento. Contrariamente a algumas autarquias do país que por algum motivo já não conseguem apresentar candidaturas ou não conseguem ir ao crédito, Melgaço ainda tem essa possibilidade.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado Jorge Ribeiro, para questionar o Presidente da Câmara, quando este referiu que era posto em causa se tinha pago atempadamente o saneamento de Paços, a quem se referia? E perguntando também, qual a vantagem de liquidar as faturas antes do seu vencimento.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Pedro Silva que referiu que há uma série de projetos que não são obras, solicitou ao presidente que explicasse se é obra ou não. O deputado José Albano Domingues pediu a palavra para colocar duas questões, não pondo em causa que tinha que estar a rubrica no orçamento. Porque é que se fala em financiamento a assegurar através de fundos comunitários, e não se referiu o financiamento a assegurar através de empréstimo. Acrescentou que o Presidente afirmou haver a preocupação de pagar a tempo e horas. O problema é que o quadro na última página da informação escrita, relativamente ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores, entre 2016 e 2017 aumentou um milhão de euros.

Em resposta ao deputado José Albano Domingues, o Presidente da Câmara referiu que já nesta reunião foi absolutamente clarificador em relação à questão dos pagamentos. O volume de negócio aumentou, existem três milhões em obras a decorrer e por consequência a faturação aumenta. A vantagem de pagar antes da fatura vencer é que rapidamente se consegue pedir o seu reembolso. Não estando a ser simpáticos, achando que poderiam até fazer um elogio à Câmara, já que está a injetar rapidamente capital nas empresas que estão a trabalhar para ela, gerando um ciclo económico positivo para as empresas. É verdade que na altura do orçamento, na discussão não se falou da questão deste empréstimo de longo prazo. No entanto, não foi escondido porque no orçamento aparecia esta rubrica do “financiamento não definido”.

A Presidente da Mesa, colocou o assunto à votação, tendo sido a proposta aprovada por maioria, com 6 votos contra, do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Os Grupos parlamentares do Partido Socialista e da Coligação PPD-PSD/CDS-PP informaram que iriam apresentar declaração de voto.

Assunto nº30	Deliberação da 1ª Revisão Orçamental do Orçamento Municipal de 2018.
---------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que informou que esta revisão é instrumental, pela força da Lei não se pode, no orçamento, introduzir a questão da venda de património. Como este ano se prevê a possibilidade de regularizar a venda das casas do bairro da Srª da Graça, existe uma estimativa para essa venda que é de 102.000 euros e por isso tem que se fazer a integração dessa possibilidade de venda, abrindo a rubrica de receita para tal. Fazendo retificação abrindo rubricas e distribuindo este valor em reforço de rubricas para organizações, juntas de freguesia e para outros fins em que se ache necessário o reforço das mesmas.

Seguidamente usou da palavra o deputado José Albano Domingues para referir que realmente já se deveria ter resolvido esta situação. E desconhecendo o dossier, questionou o valor de 102 mil euros.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que esclareceu que envolve todas as habitações, tendo havido a possibilidade de conversar de forma detalhada com todos os moradores do bairro, no sentido

de acertar os pormenores para a redefinição do loteamento, que é importante fazer-se este ano, para se poder depois vender as 19 casas aos vários proprietários. E o valor "simbólico" de cada uma das casas, na sua totalidade prevê a soma deste valor, apresentado na revisão orçamental.

A Presidente da Assembleia levou o assunto a votação tendo sido aprovado por maioria, com 6 abstenções, do Grupo da Coligação PPD-PSD/CDS-PP. Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia, propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº31	Período de Intervenção do Público
---------------------	--

A Presidente da Assembleia questionou se alguém do público queria colocar alguma questão, não tendo havido nenhuma intervenção.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 22 horas, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira
Presidente da Mesa da Assembleia

António Manuel Domingues
1º Secretário da Mesa da Assembleia

Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues
2ª Secretária da Mesa da Assembleia

Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “9.” DA “ORDEM DO DIA” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 23/02/2018

(“Deliberação dos Acordos de execução, em matéria de limpeza das vias e espaços públicos, com as Juntas de Freguesia”)

No orçamento apresentado pela Câmara de Melgaço para o corrente ano de 2018, votado na reunião da Assembleia Municipal de 25 de novembro de 2017, prevendo, do lado da despesa, um gasto superior a dezanove milhões e meio de euros (concretamente 19.590.610,00 Euros), foram previstas transferências de capital para o total das 13 (treze) Juntas de Freguesia de apenas 180.000,00 Euros, sendo que, se dividíssemos esse valor total, irãmente, resultaria uma fatia de 17.692,30 Euros para cada uma delas.

O total percentual das transferências para as Juntas traduz, pois, somente 0,92% do total do Orçamento Municipal.

Questionado sobre valores tão diminutos ou exíguos, tendo presente que são as Juntas de Freguesia, confessadamente, o parceiro privilegiado da Câmara (até pela proximidade e área de abrangência de atuação), para suprir as necessidades das populações ou comunidades locais, em termos de obras, sejam de investimento ou de simples manutenção e conservação, o senhor Presidente da Câmara informou-nos que havia cabimentado no Orçamento as verbas que os senhores Presidentes de Junta lhe haviam pedido ou solicitado.

O assunto em deliberação na passada Assembleia Municipal de 23/02/2018 – Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia - previa a celebração dos acordos previstos no artigo 133º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e densificando ou dando concretização ao que se prevê no artigo 131º do citado diploma legal, onde se preceitua que:

- “No respeito pela intangibilidade das atribuições autárquicas e intermunicipais, o Estado concretiza a descentralização administrativa promovendo a transferência progressiva, contínua e

Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

sustentada de competências em todos os domínios dos interesses próprios das populações das autarquias locais e das entidades intermunicipais, em especial no âmbito das funções económicas e sociais.”

Os Acordos de Execução, a celebrar pela Câmara de Melgaço neste caso em concreto, preveem a atribuição de verbas, única e exclusivamente, em matéria de limpeza de bermas e valetas das vias públicas, e apenas com as cinco, seguintes, Juntas de Freguesia: Paderne, Cristóval, Couso, União das Freguesias de Prado e Remoães e União das Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro.

Com a única exceção da Freguesia de Paderne, contemplada com a verba de 20.000,00 €uros, todas as demais (quatro) Juntas receberão, no âmbito dos falados acordos, e para os descritos fins, cada qual, o valor de 15.000,00 €uros.

O total das referidas verbas totaliza 80.000,00 €uros.

Atente-se, agora, no seguinte:

- Pegando no concreto exemplo da Freguesia de Cristóval, de cujo orçamento para o ano de 2018 consta, do lado da receita, a verba de 117.870,00 €uros como sendo a transferir do Orçamento Municipal, verba que, segundo o senhor Presidente da dita Junta, lhe foi prometida pelo Presidente da Câmara, se a tal montante retirarmos os 15.000,00 €uros relativos ao Acordo de Execução com ela celebrado, ficam, ainda, a faltar 102.870,00 €uros.

Ora, se, aos 180.000,00 €uros do total das transferências de capital do Orçamento Municipal para o global das Juntas retiramos os 80.000,00 €uros dos Acordos de Execução, com 5 (cinco) delas celebrados, o sobrante – 100.000,00 €uros – não chega sequer para cumprir com a transferência de verbas prometidas a Cristóval.

Colocámos, pois, ao senhor Presidente da Câmara as, seguintes, duas questões:

1ª- É verdade ou falsidade que os tais 180.000,00 €uros correspondem ao total do que lhe foi pedido pelas treze Juntas de Freguesia?

2º- É verdade ou mentira que foram prometidos pelo senhor Presidente à Junta de Cristóval 117.870,00 €uros de transferências para o ano de 2018?

Em resposta à primeira questão posta, o senhor Presidente da Câmara já não reiterou, ou confirmou, que os tais 180.000,00 €uros correspondiam ao total das solicitações dos senhores Presidentes de Junta, antes tendo, agora, afirmado que esse valor correspondia à “percepção” do que a Câmara entendia serem as necessidades das Juntas, e a segunda questão colocada simplesmente não obteve resposta (não obstante, em face dessa omissão de pronúncia, lhe termos dirigido a pergunta por uma segunda vez, com o mesmo resultado).

Nenhum dos senhores Presidentes de Junta presentes na Assembleia, incluindo o de Cristóval, se pronunciou, designadamente negando a promessa de transferência dos referidos 117.870,00 €uros. Devemos interpretar o seu silêncio como confirmação ou desmentido?!...

Não tendo sido aquela promessa, a Cristóval, negada, fosse por quem fosse, **esgotado o total das verbas orçamentadas para as Freguesias no âmbito dos cinco Acordos de Execução e o cumprimento da promessa a Cristóval**, perguntámos, o que nos causa suma preocupação:

- Como vão as cinco Juntas de Freguesia (que outorgaram os Acordos de Execução), com que verbas, poder concretizar as suas atribuições e competências no que vai para além da limpeza de bermas e valetas?

- E como vão todas as demais 8 (oito) Juntas de Freguesia – União das Freguesias de Chaviães e Paços; União das Freguesias de Vila e Roussas; Alvaredo; Penso; Gave; União das Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão; São Paio e Fiães –, com que verbas, a receber como e quando, dar execução aos planos de atividades que elaboraram e previstos executar no corrente ano de 2018?!

É ou não (pergunta-se, finalmente) um facto o de que as Juntas de Freguesia (contempladas com apenas 0,92% do total do Orçamento Municipal, do lado da despesa, e, para mais, com a distribuição, pouco igualitária, equilibrada ou equitativa, a que atrás se aludiu, deixando, pelos



**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**

↑ PSD

Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

números e factos apresentados, oito delas de fora), continuam a ser o parente pobre da Câmara Municipal de Melgaço?!

O Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço"

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº “5.” DA “ORDEM DO DIA” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 23/02/2018

(“Análise e deliberação das alterações ao Regulamento de Apoio no Domínio da Saúde”)

O ponto supra identificado, visava discutir a alteração ao Regulamento de Apoio no domínio da Saúde, na sequência da proposta apresentada pela Câmara Municipal. Ora essa alteração consubstancia-se num aumento de 50€ do valor máximo a apoiar, a cada melgacense carenciado que faça prova dessa necessidade.

É do conhecimento de todos os elementos da Assembleia Municipal, assim como da restante população melgacense, a importância que, no seio do nosso grupo parlamentar, atribuímos às questões da saúde. Sendo Melgaço um concelho com uma população cuja taxa de envelhecimento é muito superior à média nacional, sendo os mais idosos também os mais necessitados de cuidados de saúde, importa darmos toda a atenção a estas suas necessidades e alocarmos todos os esforços para lhes darmos a qualidade de vida que merecem.

Também nas camadas mais jovens da população, as questões da saúde assumem uma relevância cada vez maior. As famílias decidem onde querem viver, onde querem ter os seus filhos, também pelas condições de acesso aos cuidados de saúde.

E nesse sentido, podem contar com o nosso apoio, para todas as medidas que contribuam para esse objetivo.

No entanto é imperioso ir mais longe, muito mais longe. É necessário apostar em medidas efetivamente diferenciadoras, que, por um lado protejam os mais desfavorecidos e, por outro lado, possam influenciar a decisão das famílias, dos empresários, dos trabalhadores, na hora de decidir onde se fixar.

A estratégia de município deveria também passar por aqui, por uma aposta forte na saúde, capaz de atrair também muitos serviços relacionado com a saúde, explorando este cluster, ligado ao turismo de saúde, onde as nossas condições naturais, a natureza, o ar puro e, claramente as nossas termas teriam uma importância acrescida.

Por tudo o exposto, e porque devemos ir muito muito mais além da estratégia, ou melhor, da falta de estratégia deste executivo para a área da saúde, que se limita a propor um aumento de 50€ no apoio aos mais necessitados, o nosso voto terá que ser contra.

O Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”

**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

DECLARAÇÃO DE VOTO DO GRUPO DA COLIGAÇÃO PPD/PSD-CDS/PP RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "10." DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE

23/02/2018

("Adjudicação do empréstimo a médio e longo prazo no valor de 1.407.738,63 €")

Num território que carece de investimento estruturante e gerador de mais valias para as populações, em termos de emprego e fixação de empresas e população, a contratualização deste empréstimo e a lista de projectos que estão elencados na proposta que o executivo leva a votação, parece-nos um ato estritamente político para justificar a execução de obra a curto prazo e não um ato enquadrado numa estratégia de investimento público que alavanque o investimento privado.

Quando falamos de um empréstimo, o mesmo tem duas componentes, capital e juros. Vivemos um período excepcional de taxas de juro baixas, o que não será expectável nos próximos 20 anos.

Se considerarmos uma taxa média de 3,5% para o período do empréstimo, o executivo irá pagar perto de 2.000.000 euros (dois milhões de euros) por este empréstimo.

Deixamos a questão, respondida de forma leviana pelo Sr. Presidente da Câmara, se não estará o executivo a deixar uma pesada herança as gerações futuras condicionando a futura capacidade de endividamento da CMM em verdadeiros projectos estratégicos para o concelho ?

Vai o executivo aumentar em 25% o nível de endividamento de médio e longo prazo da CMM, sem com isso afectar a capacidade futura de endividamento ?

Desconfiamos da opção de nos primeiros 2 anos, apenas se pagarem juros, mais de 60.000 euros, sem nenhuma amortização de capital

Questionamos o sr. Presidente, não nos tendo sido respondido, o porque de se ter optado pelo pagamento do empréstimo em 20 anos, e não num período mais curto. Se o empréstimo, por exemplo, fosse pago em 15 anos em vez de 20 poupar-se-ia mais de 125.000 (cento e vinte e cinco mil) euros em juros.

Não entendemos a opção de financiar a parte da contrapartida nacional nos projectos aprovados pelo financiamento comunitário apenas com capitais alheios e não tentar um mix de capitais próprios e capitais alheios, para não onerar ainda mais o município.

Deixa-nos muitas dúvidas, o facto de incluírem na lista de projectos a serem financiados projectos de muita curta duração – 1 a 2 anos – que não são obra, mas sim contratação de serviços de terceiros na área da educação, promoção, comunicação e marketing.

**PRÁ
FRENTE
MELGAÇO**



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Vai o executivo financiar projectos que daqui a 2 anos estarão terminados em 20 anos, pagando mais de 85000 (oitenta e cinco mil) euros em juros nestes?

Por fim, uma questão que não foi claramente respondida pelo executivo, o porque de estarem na lista a financiar, projectos que já estão em fase de conclusão ou já muito adiantados em termo de execução. Não foram já feitos pagamentos nestes projectos? Se foram, o valor agora a ser financiado será canalizado para outras rubricas?

Pelo exposto, e pela incapacidade de nos mostrarem um objectivo estratégico e estruturante neste empréstimo, F incapacidade de criar factores geradores de investimento para o nosso concelho, tão carente de verdadeiros investimentos âncora que dinamizem a nossa periclitante economia, pelas opções de investimento que não vão de encontro ao que o nosso grupo parlamentar pugna para o nosso território, o nosso voto é contra.

O Grupo Municipal da Coligação "Prá Frente Melgaço"